



O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NA UNIFAP: FORMAÇÃO CONTINUADA NAS ESCOLAS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE EARTH SCHOOL PROGRAM AT UNIFAP: CONTINUING EDUCATION IN SCHOOLS IN THE FIELD OF BASIC EDUCATION

EL PROGRAMA EARTH SCHOOL EN UNIFAP: FORMACIÓN CONTINUA EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA DEL CAMPO

Ramofly Bicalho

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-0571-6481>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil

Pedro Clei Sanches Macedo

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4873-7242>

Instituto Federal do Amapá (IFAP) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v3i1.10690

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo investigativo e empírico a respeito da política de formação continuada de professores de escolas do campo desenvolvida na Amazônia Amapaense a partir do Programa Escola da Terra, coordenado pela Universidade Federal do Amapá em parceria com a Secretaria de Estado da Educação no Amapá, secretarias municipais de educação, escolas campestres e Ministério da Educação. O programa contempla a formação dos educadores da educação básica das escolas com classes multisseriadas e escolas quilombolas, como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo, pautando os desafios enfrentados pelas escolas públicas do campo para assegurar o direito à escolarização de crianças, jovens e adultos campestres. Em relação às questões metodológicas, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando entre as fontes de investigação, legislações, portarias e decretos, assim como, referenciais teóricos sobre a educação do campo e o Programa Escola da Terra. Como resultado, destacamos a importância da construção de políticas públicas com os povos e educadores do campo na Amazônia, a atuação das Universidades Federais e a mobilização das organizações e dos movimentos sociais como protagonistas na luta pela terra e pelo direito à educação visando a superação das desigualdades de condições para o acesso e permanência na escola pública do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Escola da Terra. Formação Continuada

Abstract: This article presents an investigative and empirical study about the policy of continuing education of teachers of rural schools developed in the Amapaense Amazon from

the Escola da Terra Program, coordinated by the Federal University of Amapá in partnership with the State Department of Education in Amapá, municipal education secretariats, peasant schools and the Ministry of Education. The program contemplates the training of educators of basic education of schools with multigrade classes and quilombola schools, as one of the actions of the National Rural Education Program, guiding the challenges faced by public rural schools to ensure the right to schooling for children, young people and peasant adults. Regarding methodological issues, we carried out a bibliographical and documentary research, using among the sources of investigation, legislation, ordinances and decrees, as well as theoretical references on rural education and the Escola da Terra Program. As a result, we highlight the importance of building public policies with rural peoples and educators in the Amazon, the role of Federal Universities and the mobilization of organizations and social movements as protagonists in the struggle for land and the right to education, aiming at overcoming the inequalities of conditions for access and permanence in the public school in the countryside.

Keywords: Field Education. Earth School. Continuing Training

Resumen: Este artículo presenta un estudio investigativo y empírico sobre la política de formación continua de docentes de escuelas rurales desarrollada en la Amazonía amapaense a partir del Programa Escola da Terra, coordinado por la Universidad Federal de Amapá en alianza con la Secretaría de Estado de Educación de Amapá, municipio secretarías de educación, escuelas campesinas y el Ministerio de Educación. El programa contempla la formación de educadores de educación básica de escuelas con clases multigrado y escuelas quilombolas, como una de las acciones del Programa Nacional de Educación Rural, orientando los desafíos que enfrentan las escuelas públicas rurales para garantizar el derecho a la escolarización de niños, jóvenes y campesinos adultos. En cuanto a cuestiones metodológicas, realizamos una investigación bibliográfica y documental, utilizando entre las fuentes de investigación, legislación, ordenanzas y decretos, así como referentes teóricos sobre la educación rural y el Programa Escola da Terra. Como resultado, destacamos la importancia de la construcción de políticas públicas con los campesinos y educadores de la Amazonía, el papel de las Universidades Federales y la movilización de las organizaciones y movimientos sociales como protagonistas de la lucha por la tierra y el derecho a la educación, con miras a la superación las desigualdades de condiciones de acceso y permanencia en la escuela pública en el campo.

Palabras clave: Educación de Campo. Escuela de la Tierra. Formación Continua

Introdução

A questão norteadora desse artigo é a investigação empírica acerca da política de formação continuada de professores das escolas do campo na Amazônia Amapaense, a partir do Programa Escola da Terra, coordenado pela Universidade Federal do Amapá, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação no Amapá, secretarias municipais de educação, escolas campesinas e Ministério da Educação. O objetivo principal é compreender as possibilidades de formação dos educadores nas escolas com classes multisseriadas e escolas quilombolas, como uma das ações

do Programa Nacional de Educação do Campo, e nele, o Programa Escola da Terra, pautando os desafios enfrentados pelas escolas públicas do campo para assegurar o direito à escolarização de crianças, jovens e adultos camponeses.

As escolas do campo na Amazônia Amapaense encontram dificuldade quanto ao acesso às políticas públicas, em especial, às políticas de formação de professores que atuam em escolas do campo. Muitos encontros e propostas de formação continuada de professores da Educação Básica encaminhadas pelas secretarias estaduais e municipais de educação apresentam modelos padronizados para todas as escolas, sem considerar as especificidades das escolas do campo, predominando currículos distantes dos princípios emancipadores da educação e de uma estreita relação com os sujeitos do campo, principalmente para as séries iniciais do ensino fundamental, que trabalham com classes multisseriadas.

A construção das políticas públicas de educação do campo necessita de um olhar próprio no sentido de compreender que a Amazônia e a Educação do Campo estão vinculadas à diversidade de populações que vivem no espaço rural, levando em consideração: seus diferentes modos de vida e de organização do trabalho, diferentes saberes, tradições, histórias, condições de saúde; aliado ao conhecimento de ecossistemas tão variados em termos de paisagem, vegetação, animais (HAGE, 2010).

Nesse prisma, necessitamos defender a obrigatoriedade de construção e manutenção de escolas do campo, a partir de projetos que viabilize a formulação de propostas pedagógicas e políticas de formação para professores, coadunados aos princípios norteadores da Educação do Campo, enquanto concepção humana e dialógica, que defende a vida do sujeito do campo em todas as dimensões (política, social, econômica, cultural), não somente garantindo sua permanência na terra, mas dando condições dignas de sobrevivência, com direito à educação, saúde, alimentação, moradia, reforma agrária, previdência social, entre outros.

Por este motivo, este trabalho está centrado na reflexão sobre as políticas públicas de educação do campo voltada para a formação continuada de educadores e educadoras que atuam em escolas com classes multisseriadas, numa análise do contexto local, neste caso, na Amazônia Amapaense, na implementação do Programa Escola da Terra, criado pela Portaria nº 579 de 02 de julho de 2013, como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), dando

destaque à experiência da Universidade Federal do Amapá enquanto instituição formadora e coordenadora do projeto “Escola da Terra, das Águas e das Florestas”, em parceria com Secretaria de Estado da Educação do Amapá, secretarias municipais de educação Ministério da Educação (MEC), envolvendo assim, um grande número de educadores/as dos diferentes territórios da Amazônia, além dos gestores municipais, gestores escolares, tutores e formadores.

ENTRE RIOS E FLORESTAS: UM RETRATO DAS ESCOLAS CAMPESINAS NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Falar sobre a Educação do Campo na Amazônia Amapaense, não é uma tarefa fácil, é um exercício intelectual, dialógico, filosófico, e ao mesmo tempo experiencial e místico, uma vez que a Amazônia e as políticas educacionais mergulhadas em seu interior, navegam por rios ainda desconhecidos, devido sua complexidade, singularidades, diversidades, pluralidades de suas interações homem-natureza-cultura, que agrega saberes, valores, memórias e emoções dos povos amazônicos pelo simples fato de defenderem a permanência em seu território.

Toda essa pluralidade/heterogeneidade que envolve os aspectos sociais, culturais, ambientais e produtivos da Amazônia através de seus ecossistemas, biodiversidade, socio-biodiversidade e tantos outros elementos que compõem o acervo de saberes, experiências e tecnologias da região, revelam também o antagonismo das relações de poder entre grupos, populações e movimentos sociais presentes no meio rural em torno da disputa hegemônica de projetos sociais específicos para as populações do campo: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, entre outros.

A Amazônia Amapaense está localizada na parte setentrional ou norte do Brasil, nas encostas leste do Maciço das Guianas, sendo banhada pelo oceano Atlântico e pelo rio Amazonas e pertence aos dois hemisférios: Norte e Sul. Faz parte da região Amazônica Sul-americana com uma área total de 142.814,585 km², corresponde a 1,68% do território nacional e a 3,71% da Região Norte. O Amapá é composto por 16 municípios: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari.

A Amazônia Amapaense se destaca no cenário nacional e internacional pelas boas condições ambientais do seu território e pelo alto percentual de espaço protegido, por ter 69,89% de sua área total, que é de 9.981.538,62 ha, composta de terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) de vários tipos - que localizam-se sobretudo na floresta. São 19 unidades de conservação, totalizando 8.798.040,31 hectares, 12 das quais federais, 5 estaduais e 2 municipais. São 8 unidades de proteção integral e 11 de uso sustentável (DRUMMOND; DIAS; BRITO, 2008).

A proteção ambiental desse território, por décadas, inibiu a presença de grandes corporações, o desmatamento da região, a grilagem de terras e o avanço do Agronegócio, que hoje já é uma realidade. A expansão na produção de soja, aliada ao processo de regulamentação do repasse das terras federais para domínio do Estado, abre espaço para atrair novos investimentos como a produção de novas monoculturas e, conseqüentemente, a exportação para grandes mercados internacionais através do Porto do município de Santana. Por outro lado, temos reforma agrária popular e a agricultura familiar que envolve um grande número de pequenos agricultores, incluindo idosos, crianças, jovens, mulheres, na garantia da subsistência, articuladas com base em relações familiares, compreendidos como expressão de espaços de luta na constituição de produtores por diferentes trajetórias (HAGE, 2005; CALDART et al, 2012).

A Reforma Agrária Popular compõe um projeto de vida popular, embora protagonizado pelo povo do campo, faz parte do conjunto da classe trabalhadora na luta por direitos sociais, como educação, saúde, segurança alimentar e trabalho. O reencontro com a terra representa a reconstituição social do sujeito da agricultura camponesa. A luta pela terra é fundamento da luta maior que é base para pensar na transformação do sistema capitalista, em favor da igualdade social, que é bandeira histórica dos movimentos sociais camponeses. Sistema este, que provocou a expropriação do sujeito da terra através da propriedade privada, que beneficia os grandes empresários e especuladores de terra.

A ocupação da terra é a matriz organizativa do movimento de luta dos trabalhadores rurais que se recria na reconstrução de suas comunidades que assumem a agricultura camponesa com dimensão formadora da participação das pessoas em coletividade. A participação coletiva muda o jeito de ser das pessoas e

aponta para a transformação das relações sociais, em cada comunidade, assentamento. Este é o projeto do movimento de Educação do Campo, que busca a recuperação de uma experiência ancestral de vida comunitária e que foi sendo sufocada por uma outra lógica individualista, passando a ser destrutível para a forma coletivas.

Este é um desafio para os povos das águas, da terra e das florestas, com vistas à construção das novas comunidades que vão se recompondo e que implica na superação da visão individualista que isolou a família, principalmente as comunidades tradicionais. É uma formulação de propósito de vida que deve ser construída com participação de todos os sujeitos envolvidos no campo, contra a lógica de produção capitalista, que criou um novo modelo de controle econômico, que é o Agronegócio. Este enfrentamento só é possível a partir da formulação de políticas públicas pensadas com o coletivo de sujeitos camponeses.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), o Estado do Amapá, tem 841 estabelecimentos de ensino, sendo 381 na área urbana e 460 na área rural, ou seja, 54,7 % do total, o que demonstra a necessidade de ampliação das políticas públicas de Educação do Campo para as populações camponeses, por considerar que grande parte dos estudantes que frequentam essas escolas são de famílias ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhas, entre outros.

Das escolas localizadas em áreas rurais, 244 estão sob a responsabilidade da rede estadual, 209 com a rede municipal e 7 com a rede privada, sendo que desses estabelecimentos, 6 são Escolas Famílias Agrícolas/Agroextrativistas, ou seja, escolas privadas/comunitárias, mas que são conveniadas com o poder público. Isso evidencia, que praticamente 99% das escolas rurais estão sob a responsabilidade da gestão pública, num total de 99,3% das matrículas atendidas pelas escolas da rede pública de ensino. A tabela 1, mostra um panorama das escolas camponeses, indígenas e quilombolas, da rede pública estadual, municipal e instituições privadas/comunitárias.

Tabela 1 - Retrato das Escolas Campesinas, Indígenas e Quilombolas - Estado do Amapá – Censo Escolar 2019

Localização da Escola do Campo	Pública Estadual	Pública Municipal	Privada/Comunitária /Conveniada com poder público	TOTAL
Área Rural (sem localização diferenciada)	142	137	-	279
Área de Assentamento	22	53	-	75
Área de Quilombo	26	19	-	45
Área Indígena	54	-	-	54
Escola Família (Agroecologia, Agrícola ou Agroextrativista)	-	-	6	6
TOTAL	244	209	6	459

Fonte: Elaborado pelo autor (MACEDO, 2021) com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP – 2019.

Neste sentido, o território amapaense é composto por 459 escolas rurais, sendo 219 escolas sem localização diferenciada, destas, 50,9% estão sob a responsabilidade da rede pública estadual, com 142 escolas, seguida da rede municipal com 137. As escolas em área de assentamento, são no total de 75 escolas, sendo 22 da rede estadual e 53 da rede municipal. Das 45 escolas localizadas em áreas quilombolas, 26 são da rede pública estadual e 19 da rede pública municipal. Todas as 54 escolas indígenas, estão sob a responsabilidade da rede pública estadual. Por sua vez, as 6 Escolas Famílias Agrícolas / Agroextrativistas, estão distribuídas em 5 municípios: Itauba, Macapá, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Tartarugalzinho.

Na Amazônia Amapaense, como reflexo das discussões em nível nacional na construção da concepção de “Educação do Campo”, a partir das Conferências Nacionais de Educação do Campo, a primeira em 1998 e a segunda em 2004, que mobilizou estados e municípios, com encontros regionais/estaduais, com a proposta de analisarem as dificuldades e experiências em Educação do Campo, tem-se a necessidade de implementação de Diretrizes Estaduais a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002 e das coletâneas de livros intitulada “Por uma Educação Básica do Campo”, em 1999, e em 2002,

passou-se a denominar “Por uma Educação do Campo”, que deram visibilidade crescente à educação dos sujeitos do campo, e que aos poucos foi ganhando espaço em pesquisas acadêmicas, promovendo uma maior discussão em âmbito nacional, regional e local (ROSSATO e PRAXEDES, 2015).

Nos anos seguintes, com realização de encontros, debates, seminários sobre Educação do Campo que envolveu representantes de movimentos sociais e instituições de diversos segmentos da sociedade, debate-se sobre a necessidade de construção dos marcos operacionais em nível estadual, para implementação da “Educação do Campo” na Amazônia Amapaense, como política pública educacional, alinhada as legislações e marcos operacionais nacionais. Em novembro de 2004, realizou-se o “1º Seminário Estadual de Educação do Campo do Amapá”, na ocasião, foi elaborada a “Carta do Amapá para a Educação do Campo” como resultado dos anseios da sociedade civil que foi assinada e publicada no Diário Oficial do Estado, através do Decreto Estadual nº 1455 de 05 de maio de 2006, e que demandou a criação do Núcleo de Educação do Campo dentro da SEED/AP, e também instituiu o “Comitê Executivo de Educação do Campo”, com representantes de órgãos governamentais¹ e representantes dos movimentos sociais². (AMAPÁ, 2004).

É neste sentido, portanto, que os movimentos sociais populares, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Sem Água (MSA), movimentos dos trabalhadores do campo, associações de agricultores rurais, agricultores familiares, movimento de pescadores, mobilização dos povos indígenas, grupos de defesa ambiental, organizações de mulheres, movimentos quilombolas, sindicatos, cooperativas, na sua relação com o Estado e na luta por direitos, se constituem como importantes representantes da classe trabalhadora, que buscam a ampliação dos espaços de socialização.

Segundo Bicalho (2018), a formação emancipadora dos sujeitos está ancorada na construção da identidade pessoal e coletiva, na centralidade do conflito de ideias e nos valores de uma nova sociedade. Assim, a participação coletiva dos

¹ SEED/SOME (Sistema Modular de Ensino); UNIME; RURAP; INCRA; Conselho Estadual de Educação (CEE); SEED/DIEJA (Educação de Jovens e Adultos); UNIFAP; MEC; SEED/DITEP (Divisão Técnico-Pedagógica); Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP);

² Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá – RAEFAP; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amapá FETAGRI/AP; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central Única dos Trabalhadores – CUT; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Movimento dos Assentados do Projeto de Assentamento do Piquiazal, Sindicato Rural de Mazagão e Associação dos Assentados do Piquiazal (MAAP); Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá (SINSEPEAP);

trabalhadores/educadores do campo, os saberes adquiridos nas histórias de vida dos educandos, a luta pelos direitos sociais, devem ser parte integrante neste processo de ensino-aprendizagem e consolidação de projetos político-pedagógicos emancipadores.

O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NO AMAPÁ: UM PROJETO AMAZÔNICO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO

A implementação do Programa Escola da Terra na Amazônia Amapaense, a partir do projeto pedagógico do curso “Escola da Terra, das Águas e das Florestas”, tem como perspectiva o atendimento as comunidades e escolas do campo nos seus diferentes territórios considerando a realidade amazônica, por meio de uma formação continuada que problematize as complexidades existentes nesses espaços através de uma prática educativa crítica e politizada que instrumentalize o protagonismo e identidades do campo e no campo (REIS, MENDES e CUNHA 2017).

O Projeto “Escola da Terra, das Águas e das Florestas” foi pactuado pelo governo estadual, por meio da Secretaria de Educação, e executado no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, pelo Núcleo de Educação do Campo (NEC), como representante Estadual, articulado com os representantes das secretarias municipais de educação, tendo como instituição federal formadora, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em atendimento as orientações da Portaria nº 579 de 2 de julho de 2013, que institui o Programa Escola da Terra.

A UNIFAP, enquanto instituição formadora, desenvolveu o curso de aperfeiçoamento com carga horária de 180 horas, com apoio da Secretaria de Estado de Educação (SEED) e das Secretarias Municipais de educação do Amapá para atendimento de 200 educadores de escolas do campo da rede pública de ensino dos municípios de Macapá, Mazagão, Santana, Porto Grande, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Pracuúba e Itaubal.

Para uma melhor visualização da distribuição das vagas ofertadas para as redes de ensino, a tabela a seguir apresenta de forma organizativa as microrregiões atendidas destacando o número de escolas, o número de tutores e o número de professores que participaram da formação continuada do Projeto Escola da Terra, das Águas e das Florestas, considerando as características e particularidades do campo amapaense em cada município.

Tabela 2 - Municípios, Escolas, Tutores e Cursistas atendidos na ação Escola da Terra, das Águas e das Florestas – Estado do Amapá – 2017-2018

Rede de Ensino	Municípios/Localidades Atendidos/as	Nº de Escolas Atendidas	Nº Professores Atendidos	Nº Tutores
Escolas vinculadas Secretaria Estadual de Educação do Amapá (8 municípios atendidos)	Microrregional - Município de Macapá	09	32	10
	Microrregional - Município de Itaubal	01	02	
	Microrregional - Município de Santana	03	09	
	Microrregional - Município de Mazagão	03	13	
	Microrregional - Município de Porto Grande - (Colônia Agrícola do Matapi e Perimetral Norte)	04	16	
	Microrregional - Município de Ferreira Gomes	03	12	
	Microrregional - Município de Tartarugalzinho	04	09	
	Microrregional -Município de Pracuúba	02	07	
Escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Macapá	Microrregional - Região do Bailique Microrregional - Região do Pacuí Outras áreas rurais de Macapá	17	50	7
Escolas vinculadas Secretaria Municipal de Educação de Mazagão	Microrregional - Rio Ariramba, Rio Ajuruxi, Rio Vila Nova e Rodovia Macapá – Jari) Microrregional - Foz do Mazagão Velho, Rio Preto e Rio Maracá)	13	50	7
TOTAL		59	200	24

Fonte: Elaborado por Macedo (2021) a partir dos relatórios e documentos do Programa Escola da Terra /NEC/SEED e UNIFAP.

A partir do levantamento feito pelas redes de ensino estadual e municipais, o processo de organização estrutural para o desenvolvimento da ação Escola da Terra na Amazônia Amapaense utilizou-se de diferentes estratégias para garantir o atendimento aos professores, considerando a realidade de cada rede de ensino. Na rede estadual de ensino, o procedimento de desenvolvimento do ato formativo atendeu 100 professores de 29 (vinte e nove) escolas estaduais, oriundo dos 08 (oito) municípios do Estado do Amapá que foram organizados em três polos de atendimento formativo para a realização do Tempo Universidade, que ocorreu na capital, Macapá.

A rede municipal de ensino de Macapá organizou o processo de formação dos seus professores implantando polo em duas microrregiões da área rural. Um polo atendeu 30 professores na região do Pacuí e outro polo, nas áreas ribeirinhas da região de Bailique, atendeu 20 professores, num total de 17 escolas contempladas com o projeto. Na rede de ensino do Município de Mazagão o Tempo Universidade reuniu os professores em três encontros de formação, realizado no campus Mazagão da UNIFAP. Neste município, reuniram-se professores de escolas do campo das comunidades rio Ariramba, rio Ajuruxi, rio Vila Nova e Rodovia Macapá/Jari, Foz do Mazagão Velho, rio Preto e rio Maracá, atendendo tanto escolas ribeirinhas quanto das comunidades rurais, totalizando 13 unidades escolares contempladas e oportunizando a formação de 50 professores.

Compreendermos que a Educação do Campo e suas políticas instituídas, como sendo fruto das práticas sociais que se deram e se dão no mundo rural e urbano, está fundada nas lutas políticas-culturais dos sujeitos e povos do campo que sobreviveram à expulsão e expropriação de terras, e que no momento recente, continuam lutando contra as recorrentes expropriações pelo capital e agronegócio. E um projeto, como o “Escola da Terra, das Águas e das Florestas”, ganha sua importância, na medida, em que convoca os movimentos sociais, enquanto sujeitos coletivos de diversas ruralidades, para a construção de um projeto de formação continuada que considere as “vozes” dos sujeitos da Amazônia.

Assim, o projeto amazônico Escola da Terra, das Águas e das Florestas enquanto projeto de formação continuada, teve como desenho metodológico a formação de educadores e educadoras atuantes das escolas do campo e escolas quilombolas que possuem turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de classes

multisseriadas, reunindo uma série de elementos e atividades educativas de cunho e princípios da Educação do Campo, como o objetivo de promover a melhoria dos processos educativos em classes multisseriadas por meio de um curso de aperfeiçoamento dos professores da educação básica em uma perspectiva problematizadora e interdisciplinar que considere a identidade e percursos formativos da educação do campo, das águas e da floresta (REIS; MENDES; CUNHA, 2017).

O reconhecimento da pluralidade e diversidade dos sujeitos do campo, é um pré-requisito para compreender por que as vivências dos educandos e dos educadores, as experiências, das lutas, do trabalho e da condição docente são desprestigiadas e ignoradas, não apenas nos currículos, mas também nas políticas públicas de valorização profissional (ARROYO, 2013). Por este motivo, compreendermos que a construção do projeto de formação do Escola da Terra, se direciona para reconhecer a diversidade de experiências e de conhecimentos e a diversidade de sujeitos do campo na Amazônia Amapaense (formadores, coordenadores, gestores, educadores/educadoras), que também carregam suas experiências e conhecimentos, de seus diferentes territórios: da terra, das águas e das florestas.

O Projeto de formação continuada foi pensada, portanto, a partir da diversidade ambiental, produtiva, cultural e territorial identificada no território amapaense, que no caso específico dos territórios rurais, se constitui pela “inter-relação entre **Terra, Água e Floresta** como referência na constituição das identidades individuais e coletivas dos sujeitos, como campos de interação, resistências e lutas pela produção familiar na agricultura, na pesca e no extrativismo, e pelo lugar em que vivem” (HAGE et al, 2018, p. 124).

O foco do projeto Escola da Terra, das Águas e das Florestas é criar condições de melhoria, acesso e permanência dos alunos ao serem atendidos por profissionais em suas comunidades e escolas do campo nos seus diferentes territórios, considerando a realidade regional da Amazônia Amapaense, assumindo a identidade enquanto sujeitos da terra, das águas e da floresta e, subsequentemente dando destaque para o fortalecimento do ensino e aprendizagem aos alunos em suas comunidades, seja do campo, em territórios quilombolas e ou áreas ribeirinhas, voltada para a compreensão da realidade local e social do povo campestre.

Em relação a estrutura organizacional, a formação continuada de educadores e educadoras do campo na Amazônia Amapaense foi desenvolvida por meio da alternância pedagógica, em dois períodos formativos denominados Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Os módulos e o Seminário Estadual, realizados no Tempo Universidade, foram constituídos em três módulos/encontros presenciais de 40 horas cada, totalizando 120 horas. As atividades do Tempo Comunidade (60 horas) foram realizadas por meio da formação em serviço, acompanhados pelos tutores, culminando com atividades específicas nas salas de aulas e projetos vivenciais realizados nas escolas do campo.

O Programa Escola da Terra, conta com momentos coletivos de professores(as), pesquisadores(as), sujeitos do campo e representantes dos movimentos sociais. É uma etapa importante de exercício da coletividade para favorecer a diversidade no debate, como palestras, rodas de diálogos, seminários e oficinas, com temas que favoreçam a relação com a Educação do Campo, como: agroecologia, reforma Agrária, multisseriação, educação matemática, alfabetização e letramento, fechamento de escolas do campo, políticas públicas, conjuntura política e educacional brasileira, entre outros. É uma oportunidade que os professores cursistas têm no Tempo Universidade de (re)visitar os conceitos estudados ou não na graduação, com uma equipe formadora que tem uma forte ligação com as diretrizes propostas pela concepção de Educação do Campo (HAGE, 2018).

O Tempo Comunidade, por sua vez, contempla momentos de formação coletiva, orientação e socialização de projetos de intervenção, bem como momentos de acompanhamento pedagógico nas escolas do campo com classes multisseriadas. Este momento foi mediado pela equipe de professores formadores, coordenação do programa e tutores selecionados para acompanhar os cursistas em cada município, e de acordo com uma organização própria. Este acompanhamento pedagógico é um importante elo entre a universidade, secretarias de educação (estadual e municipal) e escolas camponesas e quilombolas, como forma de conhecer cada território: a biodiversidade, as florestas, seus rios e afluentes, a natureza e seus modos de subsistência; cada comunidade: seu povo, sua cultura, seus costumes e tradições; e seus alunos: experiências, vivências e saberes.

Neste sentido, o Programa Escola da Terra ao trabalhar com a alternância pedagógica entre o TU e o TC teve um papel importante na formação dos professores

de escolas do campo a partir de uma proposta metodológica que possibilitasse uma reflexão sobre a prática pedagógica, favorecendo uma intervenção mais próxima da realidade e estimulando o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, sem necessariamente que o professor tivesse que se distanciar de seu trabalho por um período longo de tempo. É neste período formativo que os professores buscam relacionar a aprendizagem construída no TU com a realidade de cada território amazônico, constituindo-se como um importante espaço de articulação e consolidação de “velhos” e “novos” conhecimentos, propiciando o diálogo entre os saberes.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O formato da oferta do curso de formação considerou cada realidade, cada território: da terra, das águas e das florestas, fazendo com que os professores formadores adaptassem suas propostas metodológicas aos diferentes tempos e espaços formativos. Como reforça Hage (2018), a política de formação de professores de escolas do campo através do Escola da Terra precisa e deve se articular, de forma orgânica, às ações das instituições formadoras, dos sistemas de ensino (federal, municipal, estadual e distrital) e do MEC, numa direção em que os ditos referenciais teórico-metodológicos sinalizam a necessidade de estratégias que garantam políticas públicas específicas, consistentes, coerentes e contínuas de formação inicial e continuada, conjugadas à valorização profissional efetiva. os saberes diferenciados de cada educador, a partir de seus relatos e trocas de experiências.

A implementação do Escola da Terra na Amazônia Amapaense garantiu a participação dos movimentos sociais e das instituições governamentais durante as reuniões do Comitê Executivo de Educação do Campo, para a definição da metodologia e das ações do programa que foram pensadas de forma coletiva. Esta é uma maneira de romper com adoção de propostas pedagógicas padronizadas e uniformes, que não dialogam com os sujeitos, tão pouco consideram as diferentes realidades.

O envolvimento dos professores cursistas com os tutores no desenvolvimento das atividades do Escola da Terra marcou uma relação de reciprocidade, diálogo e respeito, que foi sendo construída através da Alternância Pedagógica ao longo da

programação do Escola da Terra, com destaque aos encontros realizados na própria escola, como forma de conhecer a realidade de cada território, identificar as dificuldades inerentes ao processo educativo das turmas multisseriadas e colaborar na mediação para a construção dos projetos vivenciais realizados no Tempo Comunidade.

Portanto, a realização do Projeto “Escola da Terra, das Águas e das Florestas” dentro da conjuntura peculiar e do contexto amazônico permitiu visitar os projetos pedagógicos das escolas do campo com a construção de metodologias inovadoras e um condicionamento didático bastante dinâmico que motivou os professores cursistas a participarem amplamente das discussões, debates e momentos de reflexão pessoal e coletiva, contribuindo assim, na formação pedagógica e prática educativa com o olhar da concepção de Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Carta do Amapá para Educação do Campo**: I Seminário Estadual de Educação do Campo do Amapá, 24 de novembro de 2004, Amapá: Governo do Estado do Amapá, SEED/AP e SECADI/MEC, 2004. [mimeo]

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Brasília, 2002.

BICALHO, Ramofly. Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação. **Revista Pedagógica**. Chapecó, v. 20, n. 43, p. 81-100, 2018.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DRUMMOND, José Augusto; DIAS, Teresa Cristina Albuquerque; BRITO, Daguiete Maria Chaves. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008. Disponível em : http://www.mpap.mp.br/images/Atlas_das_Unidades_de_Conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 26 jun 2021.

HAGE S. M. (org.) **Escola de Direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

HAGE. S. M. (org.) **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej *et al* (orgs). **Programa Escola da Terra:** cartografia da diversidade e complexidade de sua execução no Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2019.** Notas Estatísticas. Ministério da Educação. Disponível http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6798882. Acesso em: 09 jul. 2019.

REIS, Marlo; MENDES, Débora Mate; CUNHA, Suany Rodrigues. **Projeto Escola da Terra, das Águas e das Florestas.** Macapá-AP: Universidade Federal do Amapá, 2017. [mimeo]

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da educação do campo:** história, legislação, identidades camponesas e pedagogia. São Paulo: Editora Loyola, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Ramofly Bicalho

Professor Associado II na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF. Atua com as seguintes temáticas: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Correio eletrônico: ramofly@gmail.com

Pedro Clei Sanches Macedo

Doutorado em Educação (UFRRJ, 2022). Técnico em Assuntos Educacionais no IFAP – Instituto Federal do Amapá – Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Pedagogia da Alternância. Correio eletrônico: pedroclei@hotmail.com